



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Alexandre Ferreira dos Santos

**A PARTICIPAÇÃO LITÚRGICA NA ORAÇÃO EUCARÍSTICA:
PARA UMA MISTAGOGIA A PARTIR DA ORAÇÃO II**

São Paulo

2016



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

A PARTICIPAÇÃO LITÚRGICA NA ORAÇÃO EUCARÍSTICA: PARA UMA MISTAGOGIA A PARTIR DA ORAÇÃO II

*Trabalho de Conclusão do Curso de
Pós Graduação Lato Sensu em
Liturgia, Ciência e Cultura, da
Faculdade de Teologia da PUC-SP,
como requisito parcial para a
obtenção do título de Especialista
em Liturgia.*

ACADÊMICO: Alexandre Ferreira dos Santos

ORIENTADOR: Prof. Dr. Marcelo Furlin

São Paulo

2016



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Alexandre Ferreira dos Santos

Monografia submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Liturgia, Ciência e Cultura da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Especialista em Liturgia.

Monografia aprovada em: _____ / _____ / _____

Por:

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Furlin

São Paulo

2016

Dedico

Ao meu primo Pedro Henrique Ferreira Grigoletto (in memorian), afilhado de Crisma querido que partiu tão cedo para morar junto do Pai das Misericórdias e à minha amada família, que muito me apoiou nos momentos de cansaço, sempre oferecendo carinho e paciência nas diversas madrugadas e finais de semana de trabalho.

Agradecer é preciso:

ao Deus da vida, terno e compassivo, doador de todos os dons; aos meus pais, João Dias e Sonia Regina, pelo inefável amor e pelos inúmeros sacrifícios para dar conforto e estudo aos filhos; à minha irmã Beatriz Regina, pelo enorme carinho e apoio incondicional; aos meus avós maternos, Firmino Ferreira e Zaira Boina Ferreira, pelas orações incessantes em favor de meu ministério ordenado;

a Dom Tomé Ferreira da Silva, Bispo Diocesano de São José do Rio Preto, pela oportunidade de aprimorar os conhecimentos, favorecendo os meios para realizar o curso de Pós Graduação em Liturgia, Ciência e Cultura; aos companheiros presbíteros, religiosas e leigos de curso, pela frutuosa amizade e apoio recebido;

à Paróquia São João Batista de Onda Verde e ao Santuário Diocesano Senhor Bom Jesus dos Castores, pela compreensão em minhas ausências como pároco e reitor, respectivamente, pelo apoio fraternal e orações;

ao Prof. Dr. Marcelo Furlin, orientador desta pesquisa, pela sabedoria, amabilidade e capacidade de interlocução;

à Profª. Drª. Maria Cristina Pascutti de Oliveira, pela revisão desta pesquisa; aos demais Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na pessoa do Prof. Dr. Pe. Valeriano dos Santos Costa, Diretor da Faculdade de Teologia da PUC-SP, pela dedicação e zelo com que exercem o magistério; a todos os que, com indizível disponibilidade e ternura,

me ajudaram, de qualquer forma, na realização deste trabalho.

“A Liturgia é o exercício do sacerdócio de Jesus Cristo e o cume para o qual tende toda a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, é a fonte donde emana a sua força”.

(SC 7; 10)

SANTOS, A. F. dos; *A participação litúrgica na Oração Eucarística: para uma mistagogia a partir da Oração II.* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP - Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. 48 p. 2016. (Trabalho de Conclusão de Curso - TCC)

RESUMO: A presente pesquisa apresenta o sentido e a importância da plena, consciente e ativa participação da assembleia litúrgica na Oração Eucarística, que, por ser o ponto ápice da ação de graças ao Pai, por Jesus Cristo, é “fonte e cume” e “centro da vida cristã”. Como a Oração Eucarística é essencialmente presidencial, aprofundamos a natureza da participação de toda a assembleia litúrgica nesse momento tão significativo da Missa para mostrarmos em que medida o povo e o presidente, num só coração, compõem uma única assembleia para exaltar as obras de Deus e oferecer o sacrifício pascal. Como a direção da pesquisa está na via da participação litúrgica, a qual brota da experiência mistagógica, elegemos como o objeto material principal de estudo a Oração Eucarística II, por ser a mais utilizada nas celebrações eucarísticas e, de certo modo, uma das que expressa mais abundantemente a relação eucarística com o mistério de Deus, revelado plenamente em Jesus Cristo, por meio da História da Salvação de forma completa e bastante sintética.

PALAVRAS CHAVE: Oração Eucarística, Participação, Assembleia Litúrgica, Presidente, Proclamação, Mistério, Mistagogia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. A NATUREZA E A ESTRUTURA DINÂMICA DA ORAÇÃO EUCARÍSTICA.	10
1.1. A estrutura dinâmica da Oração Eucarística em sentido lato	13
1.1.1. O diálogo invitatório.....	13
1.1.2. O prefácio e a teologia da ação de graças.....	14
1.1.3. O <i>Sanctus</i>	14
1.1.4. O pós <i>Sanctus</i> e a profundidade histórica da salvação.....	16
1.1.5. A primeira epiclese ou para a transformação das oblatas.....	16
1.1.6. A narrativa institucional.....	16
1.1.7. A aclamação anamnética.....	18
1.1.8. O ofertório.....	20
1.1.9. A segunda epiclese.....	21
1.1.10. As intercessões eclesiais.....	23
1.1.11. A doxologia final.....	24
1.1.12. O “Amém” conclusivo.....	24
2. ANÁLISE HISTÓRICA E BÍBLICO-TEOLÓGICA DA SEGUNDA ORAÇÃO EUCARÍSTICA.....	27
2.1. Desenvolvimento histórico da segunda Oração Eucarística e a <i>Traditio Apostolica</i> de Hipólito de Roma.....	27
2.2. A renovação litúrgica no século XX e o advento das novas Preces Eucarísticas.....	32
3. A NATUREZA DA PARTICIPAÇÃO LITÚRGICA DA ASSEMBLEIA NA ORAÇÃO EUCARÍSTICA.....	36
3.1. A participação litúrgica e sua natureza	36
3.2. Participação plena.....	38
3.3. Participação consciente.....	39
3.4. Participação ativa.....	40
3.5. A importância da digna proclamação da Oração Eucarística: a participação proclamativa do presidente.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	47

INTRODUÇÃO.

A proposta da presente pesquisa é apresentar o sentido e a importância da plena, consciente e ativa participação da assembleia litúrgica na Oração Eucarística, que por ser o ponto ápice da ação de graças ao Pai, por Jesus Cristo, é “fonte e cume”¹ e “centro da vida cristã”².

Sendo a Oração Eucarística essencialmente presidencial, parece, então, ser pertinente aprofundarmos a natureza da participação de toda a assembleia litúrgica nesse momento tão significativo da Missa para mostrarmos em que medida o povo e o presidente, num só coração, compõem uma única assembleia para exaltar as obras de Deus e oferecer o sacrifício pascal³.

Nesse viés, é o conceito mesmo de participação litúrgica que necessita ser aprofundado numa perspectiva mais mistagógica, para que o presidente e toda a assembleia se cativem mutuamente e se deem as mãos, formando um corpo orante por meio de uma única voz. A pesquisa, assim focalizada, é ainda embrionária e necessita da ajuda da ciência litúrgica para aprofundar o conceito de participação litúrgica.

O conceito em questão tem sido equivocado em nossas práticas, por causa da inflação do seu aspecto externo e, por isso, carece ainda de uma reflexão sistemática mais abrangente sobre a natureza da participação litúrgica. É verdade que alguns liturgistas tem colaborado para clarear o conceito da inteireza do ser e este requer uma participação integral na liturgia da parte dos fiéis e do presidente. Um ou outro autor tem refletido esse tema, como veremos ao longo deste estudo.

Como a direção da pesquisa está na via da participação litúrgica a qual brota da experiência mistagógica, elegemos como o objeto material principal de estudo a Oração Eucarística II, por ser a mais utilizada nas celebrações eucarísticas e, de certo modo, uma das que expressa mais abundantemente a relação eucarística com o mistério de Deus, revelado plenamente em Jesus Cristo, por meio da História da Salvação de forma completa e bastante sintética.

¹ LG n. 11.

² S. Congr. dos Ritos, Instr. *Eucharisticum mysterium*, n. 1.

³ DE CLERK, Paul. *A Celebração Eucarística: seu sentido e sua dinâmica*. In: BROUARD, Maurício. (org). *Eucharistia. Encyclopédia da Eucaristia*. pp. 446-447.

Porém, é necessário antes discorrer sobre a natureza da oração eucarística em geral, tanto em sua estrutura dinâmica como em cada um de seus elementos que a compõem. É o que faremos no capítulo I.

No capítulo II, será aprofundada, em suas fontes históricas e bíblico teológicas, o momento central da celebração eucarística, a partir da oração II, tendo como método o primado da ação litúrgica na *Traditio Apostolica* de Hipólito de Roma. O objetivo desse capítulo é mostrar a riqueza de uma oração litúrgica especial como suporte para todas as outras no enfoque do mistério e, assim, demonstrar que sem uma noção do mistério, é praticamente impossível a autêntica participação da assembleia na proclamação de qualquer oração eucarística.

Enfim, no capítulo III, trataremos da natureza da participação litúrgica no momento máximo de louvor que constitui o coração da Eucaristia, para a melhor compreensão do significado da participação na Oração Eucarística, “centro e cume de toda a celebração”. É válido ressaltar aqui a opção por refletirmos também, nesse último capítulo, acerca da importância de se proclamar dignamente a Oração Eucarística, colocando em relevo a participação proclamativa do presidente da celebração.

A presente pesquisa mostrará, em seu desenvolvimento, que a compreensão da ação litúrgica é o ponto de partida para uma verdadeira participação na oração eucarística e que os participantes da assembleia devem ser iniciados no mistério da salvação, atualizados nos sinais sagrados como caminho privilegiado para uma autêntica participação. Assim, poder-se-á compreender o profundo significado das palavras e dos gestos de Jesus na última ceia, os quais contribuem para a estrutura de toda a Oração II.

São João Paulo II, na Carta Apostólica *Mane Nobiscum Domini*, convidados a retomar este caminho para uma verdadeira participação na liturgia e, consequentemente, na Eucaristia: “Os pastores empenhem-se na ‘catequese mistagógica’, muito apreciada pelos Padres da Igreja, que ajuda a descobrir os valores dos gestos e das palavras da liturgia, ajudando os fiéis a passarem dos sinais ao mistério e a comprometer nele toda sua existência”⁴.

⁴ MND n. 17.

1. A NATUREZA E A ESTRUTURA DINÂMICA DA ORAÇÃO EUCARÍSTICA.

Segundo a Instrução Geral do Missal Romano, a Oração Eucarística ou também chamada de anáfora⁵ é o coração e o ápice da celebração eucarística⁶. Com a Oração Eucarística, oração de ação de graças e de consagração, chegamos ao coração e ao ápice da celebração⁷. Durante a proclamação dessa oração, o sacerdote associa a si toda a assembleia dos batizados no oferecimento do sacrifício a Deus por Cristo, no Espírito Santo⁸.

Essa Oração é proclamada do início ao fim pelo sacerdote ordenado, seja bispo ou presbítero, que se dirige a Deus em tom orante em nome de toda a Igreja. Ele fala por Cristo e na ação do Espírito Santo. Ele o faz em nome de toda a comunidade reunida e de toda a Igreja⁹. É o grande e solene cumprimento da ordem de Jesus: “fazei isto em memória de mim”¹⁰.

Segundo Taborda (2009)¹¹, a Oração Eucarística tem sua origem na oração veterotestamentária que poderia ser denominada “oração de aliança”, por ter uma estrutura análoga e paralela aos tratados de aliança do Oriente Médio antigo que serviram de inspiração para os textos bíblicos da aliança de YHWH¹² com seu povo.

Buyst (2008) afirma que a Oração Eucarística é o momento na Missa em que imitamos Jesus no ato de agradecermos a Deus e tal agradecimento deve acontecer antes da entrega do pão e do vinho, como fez e nos mandou fazer o próprio Cristo. Segundo a liturgista, não é um simples detalhe, mas um dado fundamental, pois o pão e o vinho da comunhão recebem o seu sentido da ação de graças feita anteriormente.

⁵ Terminologia própria da tradição litúrgica do Oriente, que é a oração que a Igreja reunida na assembleia eucarística eleva ao Pai pela boca de seu presidente, o ministro ordenado (bispo ou presbítero).

⁶ IGMR, 78.

⁷ CIC, 1352.

⁸ IGMR, 93.

⁹ IGMR, 93.

¹⁰ BÍBLIA 1 Cor 11,24.

¹¹ TABORDA, F. *O memorial da páscoa do Senhor*, p. 185.

¹² Esse é tetragrama presente no Primeiro Testamento, quando Deus se revela a Moisés e lhe ensina seu nome: YHWH, que em hebraico significa “Eu sou”.

O que comemos e bebemos é o pão e o cálice da bênção, o pão e o cálice da ação de graças! (cf. 1Cor 10,16-18). E o momento de fazer essa ação de graças é a oração eucarística. É bom lembrar que a própria palavra “eucaristia” significa “ação de graças”. Juntos agradecemos a Deus com as palavras dessa oração, que é uma bendição sobre o pão e o vinho. Portanto, o certo é: primeiro agradecer e depois comungar¹³.

Contudo, apesar da afirmação de que por meio da Oração Eucarística todos os fiéis agradecem a Deus com as palavras dessa Oração, a partir do pensamento de Giraudo (2012), podemos afirmar que a Oração Eucarística é essencialmente presidencial. Assim afirma o liturgista: “A Oração configura-se como um discurso oracional que a comunidade cultural, pela boca do seu presidente, eleva a Deus Pai”¹⁴. Por isso, parece ser pertinente aprofundarmos a natureza da participação de toda a assembleia litúrgica nesse momento central da Missa para mostrarmos em que medida o povo e o presidente, num só coração, compõem uma única assembleia para exaltar as obras de Deus e oferecer o sacrifício pascal¹⁵. “Pois efetivamente, o presidente é a voz da assembleia, e a assembleia está toda inteira na voz de seu presidente”¹⁶.

Nessa perspectiva, afirma Silva (2008):

Dito assim, parece muito fácil, mas é preciso encontrar o ponto de interseção desta participação e tomar consciência da sua natureza, seja por parte do presidente por causa da sua participação exterior assoberbada, e da assembleia, por causa da sua participação interior acentuada¹⁷.

Acerca da natureza em si da anáfora, a teoria de Giraudo (2012) defende que a Oração Eucarística se articula essencialmente em dois grandes painéis que Justino, em sua descrição da missa, chama de *ação de graças e súplicas*¹⁸. O

¹³ BUYST, Ione. *A Missa: memória de Jesus no coração da vida.* ed.2. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 37.

¹⁴ GIRAUDO, Cesare. *Admiração eucarística: para uma mistagogia da missa à luz da encíclica Ecclesia de Eucharistia.* ed. 2. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 95.

¹⁵ CLERK, Paul. A Celebração Eucarística: seu sentido e sua dinâmica. In: BROUARD, Maurício. (org). *Eucharistia. Encyclopédia da Eucaristia.* pp. 446-447.

¹⁶ GIRAUDO, Cesare. *Redescobrindo a Eucaristia.* (tradução – Francisco Taborda) p. 19.

¹⁷ SILVA, Francisco das Chagas. *A participação da assembleia litúrgica na oração eucarística: um estudo a partir da oração IV.* São Paulo: Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, 2008 (Dissertação de Mestrado em Teologia). p. 28.

¹⁸ GIRAUDO, Cesare. *Admiração eucarística: para uma mistagogia da missa à luz da encíclica Ecclesia de Eucharistia.* ed. 2. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 96.

primeiro painel é constituído pela *seção da ação de graças*: nela, a Igreja louva e confessa Deus Pai com base nas motivações tiradas da história da salvação. O segundo painel consiste na *seção da súplica*: nela, a comunidade cultual grita a Deus Pai, suplicando-o que a transforme no único “corpo eclesial”, em virtude da comunhão com o único “corpo sacramental”.

As duas seções da teoria do referido liturgista, por sua vez, se articulam numa série de elementos internos, cuja composição e organização podem variar, segundo o autor, com base nas tradições litúrgicas.

Pelo fato de se tratar de um estudo com o objetivo de aprofundar a participação litúrgica a partir da análise da Oração Eucarística II, consideremos a sequência própria da estrutura das orações eucarísticas romanas, que dispõe os elementos na seguinte ordem: 1) prefácio, 2) Sanctus, 3) pós Sanctus, 4) epiclese sobre as oblatas, 5) narrativa institucional, 6) anamnese, 7) epiclese sobre os comungantes, 8) intercessões, 9) doxologia final.

Antes de verificarmos como a Segunda Oração Eucarística tem uma riqueza modelar que ajuda a participação de toda a assembleia litúrgica, consideramos pertinente fazer, neste primeiro capítulo, um estudo mais detalhado da Oração Eucarística em geral, abordando-a na sua estrutura dinâmica e nas suas partes, na certeza de que isso constituirá a base para melhor estudarmos a Oração Eucarística II no segundo capítulo e, depois, no terceiro capítulo, mostrarmos a importância da participação de toda a assembleia litúrgica nesse momento tão significativo da Eucaristia.

1.1. A estrutura dinâmica da Oração Eucarística em sentido lato¹⁹.

1.1.1. O diálogo invitatório.

Antes de dar início à Oração Eucarística, o presidente da celebração tem a função de colocar a assembleia cultual em “tensão relacional”²⁰ com Deus Pai.

¹⁹ JUNGMANN, J.A. (2010, p. 571), em sua obra *Missarum Sollemna*, apresenta a Oração Eucarística como um todo denominando-a *canon actionis*.

²⁰ Termo utilizado por Giraudo (2012, p. 97), para significar determinado processo relacional íntimo e profundo.

Nesse momento, a densidade da saudação presidencial “O Senhor esteja convosco” é como que resumida na resposta da assembleia.

Com efeito, segundo Giraudo (2012), ao responder: “E com o teu espírito também”²¹, a assembleia faz a seu sacerdote ordenado, em primeiro lugar, uma constatação de fé, como se dissesse: “Certamente, o Senhor está também com o teu espírito, pois em ti já opera o Espírito Santo”. Mas, ao mesmo tempo, em forma de augúrio lhe diz: “Que o Senhor esteja também com o teu espírito, a fim de que em ti o Espírito Santo seja cada vez mais operante”²².

Com esse primeiro elemento dialógico, o presidente e a assembleia se lembram, portanto, mutuamente que estão para dar início em conjunto à Oração mais comprometedora de que dispõe a Igreja. Por ela, mais que por qualquer outra, é indispensável a ajuda divina.

O convite cristão à elevação dos corações (“Corações ao alto”) depende de uma noção que a mística judaica, com termo técnico, chama de “tensão do coração”²³. Cirilo de Jerusalém apresenta tal termo como uma verdadeira ordem vindoura do presidente que, com tom de autoridade, formula em relação à assembleia cultural; depois insiste sobre o compromisso que, com a relativa resposta (“O nosso coração está em Deus”), cada um dos fiéis assume.

O convite do presidente “Demos graças ao Senhor, nosso Deus!” provoca a última resposta da assembleia (“É nosso dever e nossa salvação”) com a qual, segundo Giraudo (2012, p. 98), tem início o discurso oracional que pertence exclusivamente ao presidente e à assembleia.

Mas o que significa “dar graças”? Busquemos a resposta no prefácio, sobre o qual refletiremos a seguir.

1.1.2. O prefácio e a teologia da ação de graças.

Segundo Borobio (2009), o prefácio pode ser definido como o ponto inicial da Oração Eucarística. Forma uma unidade integrada no conjunto e expressa de

²¹ No Brasil a assembleia responde: “Ele está no meio de nós”. Trata-se de uma questão de uma tradução não literal do latim para a língua portuguesa aprovada pela Santa Sé e com característica extremamente dialógica.

²² p. 97.

²³ Apud. GIRAUDO, 2012, p. 97.

modo destacado, pelo estilo e pelo conteúdo, o caráter de ação de graças. Giraudo (2012) afirma, a partir dos escritos de Justino, que o prefácio é também chamado de “início do louvor”, pois se apoia na expressão “dar graças”. Segundo o autor, trata-se de um verbo bem mais rico do que o nosso moderno “agradecer” ou da expressão “dizer obrigado”. Se quisermos compreender sua riqueza teológica, temos de remontar, por meio do latim *gratias agere* e o grego *eucharistéin*, ao verbo semítico *yadáh*, comum às línguas hebraica, aramaica e siríaca, que significa “confessar”.

Portanto, o prefácio pode ser definido como “uma bênção dirigida a Deus Pai, que recorda diversos aspectos da história da salvação segundo a festa e tem por centro a salvação realizada em Cristo”²⁴. Para Giraudo (2012), o louvor inicial começado no prefácio leva gradualmente à proclamação da santidade divina. É o que veremos adiante.

1.1.3. O *Sanctus*.

O *Sanctus* é o segundo elemento da Oração Eucarística. Para Giraudo (2012), é o hino por excelência de toda a celebração eucarística. Jungmann (2010) defende que este é a continuidade do prefácio, pois o modo mais antigo de cantá-lo é simplesmente a continuação da melodia do prefácio. Aldazábal (2012) o define como uma aclamação que não encontramos nas anáforas, orientais ou ocidentais, até o século IV. Ainda não existe em Hipólito, do qual se desenvolveu a Oração II, objeto central de nossa pesquisa, mas sim nas anáforas de Teodoro, de Serapião e na catequese de Cirilo de Jerusalém²⁵. Borobio (2009) o adjetiva como uma aclamação jubilosa²⁶.

No *Sanctus*, toda a assembleia se une ao presidente no louvor a Deus e também ao canto dos anjos e dos santos no céu. Trata-se, segundo Aldazábal (2012), de se entoar um louvor cósmico.

²⁴ BOROBIO, Dionisio. *Celebrar para viver: Liturgia e sacramentos da Igreja*. Trad. Francisco Gomes Figueiredo de Moraes. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

²⁵ ALDAZÁBAL, José. *A Eucaristia*. ed. 4. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2012.

²⁶ Ibidem p. 259.

Nesse sentido, Giraudo (2012) afirma que o emprego eucológico do *Sanctus* é atestado em primeiro lugar pela oração judaica da luz que se recita duas vezes ao dia, quando surge no horizonte o luminar do dia e quando, à noite, nascem os luminares da noite. Nela, Deus é bendito como criador da luz do sol, da lua e das estrelas. Assim defende Giraudo (2012):

A temática ao dom da luz leva o orante a lembrar o louvor tributado a Deus pelas inúmeras criaturas de luz que formam a corte celeste. Enquanto as criaturas astrais louvam a Deus, dando luz à terra, as criaturas angélicas, com voz inteligente e pessoal, cantam sem parar um hino que aproxima dois textos bíblicos: o ‘*Sanctus*’ dos Serafins (cf. Is 6,3) e o ‘*Benedictus*’ dos Querubins (cf. Ez 3,12). Por meio da proclamação incessante da sua fé, os Anjos se submetem ao “jugo do reino dos céus”, ou seja, reconhecem a superioridade santa de Deus e sua consequente dependência dele²⁷.

Na verdade, não temos plena clareza sobre os inícios do *Sanctus* na liturgia cristã. Jungmann (2010)²⁸ afirma que ele falta na Anáfora de Hipólito, mas, por outro lado, parece ter feito parte do acervo de orações da comunidade cristã de Roma já pela virada do séc. I, embora não explicitamente na Oração Eucarística. O interessante é que Clemente de Roma o menciona não somente como o próprio canto de louvor, tirado da visão do profeta Isaías, mas também o introduz com Dn 7,10.

1.1.4. O pós *Sanctus* e a profundidade histórica da salvação.

Aldazábal (2009) denomina esse terceiro elemento, que nem é citado em alguns teóricos, de “prosseguimento do louvor”²⁹. Isso porque, segundo ele, o louvor se prolonga depois do *Sanctus* no “*vere sanctus*”.

Ao mesmo tempo que a ação de graças continua pela história da salvação, o “*vere sanctus*” serve de ligação, na liturgia romana e na alexandrina, com a primeira invocação do Espírito³⁰.

²⁷ Ibidem p. 100.

²⁸ pp. 599-600.

²⁹ Ibidem p. 251.

³⁰ Também é conhecida como primeira epiclese na teoria de Borobio (2009, p. 259).

Em outras palavras, depois que a assembleia cultural cantou a santidade de Deus, o louvor é retomado pelo presidente e conduzido mediante desenvolvimentos temáticos que parecem variar de uma Oração Eucarística a outra³¹.

1.1.5. A primeira epiclese ou para a transformação das oblatas.

Essa é, nas palavras de Giraudo (2012), a “seção as súplicas”³². Este quarto elemento também pode ser chamado de súplica para a transubstancialização, com a qual se pede a Deus Pai que envie o Espírito Santo, para que transforme o pão e o vinho no corpo e no sangue do Senhor Jesus.

A II Oração Eucarística romana, lida numa tradução modelada diretamente sobre o original latino, assim a formula: “Por isso te pedimos: santifica estes dons com o orvalho do teu Espírito, para que se tornem para nós (*nobis*) o corpo e o sangue do Senhor nosso Jesus Cristo”³³.

1.1.6. A narrativa institucional.

Segundo Aldazábal (2012) a Oração chega, nesse quinto elemento, ao seu centro de maior densidade litúrgica e teológica. Tudo que Deus Pai fez desde a criação se condensa na Páscoa de Cristo, na sua morte e ressurreição, e ainda antes no gesto simbólico de sua entrega: o relato de sua Última Ceia. Aqui, o louvor converte-se em memorial sacramental do que Cristo disse e realizou, tanto na ceia como na cruz³⁴.

Esse elemento recorda as palavras e os gestos de Jesus na Última Ceia, renovando e atualizando o acontecimento salvador que significam. Trata-se de perpetuar o Mistério Pascal, cumprindo o mandato do próprio Senhor: “Fazei isto em memória de mim”³⁵.

³¹ Trata-se de uma expansão, um eco poético e é a poesia presente nas Orações Eucarísticas que garante isso.

³² Ibidem p. 103.

³³ Apud. GIRAUDO, Cesare (2012, p. 103). Primeira epiclese da oração eucarística II do Missal Romano.

³⁴ Ibidem p. 252.

³⁵ BOROBIO (2009, p. 259).

A esse propósito, afirma Giraudo (2012), temos de ressaltar que a transubstanciação, ao mesmo tempo solicitada e operada pela epiclese e pelas palavras institucionais, é *pro nobis*, ou seja, está dinamicamente ordenada à assembleia cultural que se reúne para fazer a comunhão³⁶.

Em outras palavras, a presença real não nos foi dada somente para que pudéssemos adorar Cristo sob a espécie eucarística; a comunhão não nos foi dada somente para que pudéssemos encontrar e receber no coração o amigo Jesus. Toda Eucaristia nos anuncia a morte, a ressurreição, a ascensão do Senhor e a remissão dos pecados.

Em consonância com toda a tradição cristã, segundo Giraudo (2012), devemos reconhecer que a consagração é o coração da oração eucarística. Assim afirma o liturgista:

A mesma tradição nos convida a descobrir hoje a imprescindível cooperação mútua entre aquele coração, que encerra o mistério da presença real permanente, e todos os outros elementos anafóricos. Como no organismo vivo o coração não pode ser isolado do conjunto dos outros órgãos, assim também na oração eucarística a consagração não pode ficar confinada em um áureo isolamento próprio³⁷.

Enfim, depois de nos ter revelado a ligação entre a epiclese sobre as oblatas e a narrativa institucional, a estrutura anafórica continua a lançar luz sobre toda uma série de associações que são indispensáveis para a compreensão da natureza e do sentido das celebrações eucarísticas.

1.1.7. A aclamação anamnética.

Tal elemento, também chamado de memorial, pode ser definido como a recordação e a atualização do Mistério Pascal de Cristo, expressa com fórmulas diversas, tanto da assembleia, com sua aclamação, como do presidente, que a conclui³⁸.

³⁶ Ibidem p. 103.

³⁷ Ibidem p. 104.

³⁸ Cf. BOROBIO (2009, p. 259).

Nesse ponto, segundo um costume que a liturgia romana tomou emprestado recentemente das liturgias orientais, a assembleia intervém com uma aclamação dirigida a Cristo, que definimos a partir da teoria de Giraudo (2012), como “anamnética”. A aclamação anamnética é introduzida pelo apelo de início “Eis o mistério da fé!”³⁹, em latim *Ecce mysterium fidei*. Com ela os fiéis não fazem senão antecipar o que o celebrante está para dizer. Eis o que diz a primeira fórmula do Missal Romano, na II Oração Eucarística: Anunciamos, Senhor, a tua morte e proclamamos a tua ressurreição, vem, Senhor Jesus!⁴⁰

Jungmann designa, segundo Taborda (2009), a aclamação como enigmática e revida como “poesia e não histórica”.⁴¹ Sendo assim, é explicável que não haja consenso sobre seu sentido, pois parece ser difícil decifrar, com objetividade histórica, o sentido da aclamação. No entanto, dada a antiguidade dos testemunhos da obra de Jungmann acerca da explicação genética da missa romana, dificilmente se pode admitir que as palavras se refiram à obscuridade do mistério da presença real de Cristo na eucaristia. Assim, é mais plausível pensar na sinonímia entre *sacramentum* e *mysterium*. Neste caso, como escreve Jungmann, não se deve “pensar tanto na obscuridade do mistério aqui oculto e acessível apenas à fé (subjetiva), mas antes no *sacramentum* rico em graças, no qual se condensa toda a fé (objetiva), toda a ordem salvífica dada em Cristo”⁴². A essa fé (objetiva) se refere a palavra “mistério” e a aclamação, então, faz referência ao mistério todo de Cristo e não expressamente à consagração das espécies do pão e do vinho eucaristizados⁴³.

Resumindo: o “mistério da fé” que aclamamos é o Mistério Pascal de Cristo e nossa participação nele pelo sacramento da eucaristia, que supõe a incorporação ao corpo de Cristo já realizada pelo batismo.

³⁹ Esta pode ser considerada como a aclamação por excelência, trata-se do maior momento dialógico na liturgia.

⁴⁰ Apud. GIRAUDO (2012, p. 105).

⁴¹ JUNGMANN, J. A., p. 242-244. Apud. TABORDA, F. (2009, p. 57).

⁴² Ibidem, p. 244.

⁴³ Na trilha de Justino: *Apologia Prima pro Christianis ad Antoninum Pium* 66,2 e 67,5 (SChr 507, 306 e 310), usamos o adjetivo “eucaristizado” para o pão e o vinho sobre os quais se pronunciou a Oração Eucarística. Para criar essa expressão, Justino se apoiou no costume judaico de chamar de “pão bento” o pão sobre o qual foi pronunciada a bênção, *berakhá*. Cf. GIRAUDO. *Num só corpo*, pp. 156-157.

As palavras de Jesus: “Façam isto em memória de mim”, não podem ser entendidas como uma simples lembrança de sua pessoa, mas devem ganhar a densidade bíblica e teológica de um “memorial”, uma ação simbólica, ritual, sacramental, que permite tornarmo-nos participantes da páscoa de Cristo e passarmos, juntamente com ele, da morte para a vida. Em seguida, a oração continua com a oferenda que a Igreja faz da oblação de Cristo ao Pai. Estamos aqui diante de uma oração tipicamente performativa, na qual a Igreja diz o que faz; seus termos definem do melhor modo o conteúdo da Eucaristia⁴⁴.

A expressão “memória de mim” deve ser entendida como memorial da morte e ressurreição de Jesus (SC 47) e de outros mistérios encontrados nas várias anáforas dos primeiros séculos: paixão, ascensão, vinda gloriosa. O termo que nunca falta nos textos litúrgicos é “morte”, que constitui o núcleo do memorial. Não se trata, portanto, de lembrar apenas a pessoa de Jesus, mas de trazer presente, ritualmente, os fatos de sua vida (principalmente sua morte) nos quais culminou a “história da salvação”. É o memorial de um vivo! Do Cristo Ressuscitado que está presente entre nós e que “preside” de fato nossa celebração.

Portanto, a partir daí, a comunidade cristã se reúne em assembleia eucarística, sobretudo aos domingos, para celebrar o que chamava de “a fração do pão” e também “a ceia do Senhor”, em obediência à ordem de Jesus.

1.1.8. O ofertório.

A anamnese, ou a oferta do memorial eucarístico, constitui o sétimo elemento estrutural. A II Oração Eucarística romana assim formula: “Celebrando, pois, o memorial da sua morte e ressurreição, nós te oferecemos, Senhor, o pão da vida e o cálice da salvação, dando-te graças porque nos tornastes dignos de estar diante de ti e de te servir”⁴⁵.

Segundo Giraudo (2012), com a anamnese como momento de ofertório, pela boca do seu presidente, a comunidade reunida se une logicamente à ordem de Jesus: “Fazei isto em memória de mim”. Primeiro, por meio da declaração anamnética (“celebrando o memorial” ...), torna presente a Deus Pai que está

⁴⁴ BUYST, Ione. *Eis o Mistério da Fé. A Eucaristia como sacramento pascal.* In: CNBB. *A Eucaristia na Vida da Igreja.* (Estudos da CNBB n. 89) p .38.

⁴⁵ Apud. GIRAUDO (2012, p. 105). Anamnese da oração eucarística II do Missal Romano.

fazendo o memorial da morte e ressurreição do Senhor. Depois, com a declaração de ofertório (“nós te oferecemos” ...), oferece ao Pai o pão e o cálice eucarísticos, isto é, o memorial da nova aliança.

Assim sendo, podemos afirmar que memorial e oferta são duas dimensões próprias e irrevogáveis de toda anamnese. Nesse sentido, Borobio (2009) diz que não oferecemos a Deus um sacrifício novo, nem distinto, mas o mesmo sacrifício de Cristo que se atualiza no memorial.

Em outras palavras, podemos afirmar, assim, que o dom do Pai, que é Cristo, e que um dia se ofereceu em contradom na cruz, hoje oferece-se novamente ao Pai de forma sacramental levando consigo o contradom do sacrifício da Igreja: esse é o verdadeiro momento de ofertório.

Finalizando a reflexão acerca dessa elemento, Giraudo assim afirma:

A oferta sacramental do corpo e do sangue do Senhor constitui para a comunidade cultural o penhor mesmo da sua oração e é justamente por esse penhor que a autoriza a formular, com o elemento sucessivo, o primeiro e último pedido de toda a celebração eucarística⁴⁶.

1.1.9. A segunda epiclese.

Depois do louvor ao Pai e da memória e oferenda do acontecimento pascal de Cristo, chegamos à epiclese, a invocação que fazemos ao Pai para que envie seu Espírito sobre a Eucaristia.

Segundo Aldazábal (2012), *epiclesis* vem do grego “*epi-kaleo*” e do latim “*in-vocare*”, isto é, “chamar sobre”. Significa, portanto, invocação. Como as orações de bênção judaicas terminavam com a súplica, assim nossa oração eucarística pede a Deus que venha sua força salvadora sobre o que celebramos e sobre nós mesmos⁴⁷. O objetivo é “que a hóstia imaculada se torne a salvação daqueles que vão recebê-la na comunhão”⁴⁸, os quais, por sua vez, tornam-se um só corpo⁴⁹ e um só espírito⁵⁰.

⁴⁶ Ibidem, p. 105.

⁴⁷ ALDAZÁBAL, 2012 (p. 262).

⁴⁸ IGMR n. 79c.

⁴⁹ Na perspectiva teológica paulina, isto é, do corpo místico de Cristo, como comunidade.

Este é o sexto elemento da oração eucarística e Giraudo (2012) a denomina em sua obra *Admiração eucarística* como *epiclese para a transformação escatológica dos comungantes*. O autor parte da formulação da II Oração Eucarística romana, como segue “E, suplicantes, te pedimos que, participando do corpo e do sangue de Cristo, sejamos reunidos pelo Espírito Santo num só corpo”⁵¹. Em seguida, cita uma intuição do teólogo medieval Thomas Netter de Walden (séc. XV), a qual permite-nos descrever esse segundo componente epiclético como súplica para a “transsubstanciação” no corpo eclesial. Vejamos como o referido teólogo aplica de forma analógica a noção de “transsubstanciação” à nossa transformação: “A Igreja é o corpo místico de Cristo, no qual cada cristão é transsubstanciado mediante a Eucaristia”⁵².

É, pois, nesse sentido que Giraudo qualifica a epiclese para a transformação escatológica dos comungantes, pois parte da expressão “é transsubstanciado” de Thomas Netter, que significa que se faz passar os cristãos da anterior substância de povo disperso para substância de povo reunido ou de Igreja. Trata-se, com efeito, do pedido para a nossa transformação “num só corpo”, ou seja, no corpo eclesial, escatológico, místico, graças à nossa comunhão com o corpo sacramental.

Sendo assim, afirma Giraudo (2012),

Qualificando como escatológica a transformação solicitada, queremos ressaltar que a nossa inserção no processo de crescimento eclesial se realiza segundo os ritmos de uma transformação “já” acontecida e “ainda não” perfeitamente realizada, a qual acontece precisamente ao ritmo das nossas Eucaristias⁵³.

Enfim, autores renomados, como Aldazábal (2012) e Giraudo (2012), afirmam que é bastante visível que nas Orações Eucarísticas romanas as

⁵⁰ CIC n. 1353.

⁵¹ Apud. GIRAUDO, 2012 (p. 106).

⁵² “Ecclesia (...) corpus Christi mysticum, in quod transsubstantiantur singuli Christiani per sumptionem baptismatis, e Sacrae Eucharistiae” (THOMAS NETTER, *Doctrinale Antiquitatum Fidei Catholicae Ecclesiae*, t. 1, livro 2, cap. 16 (ed. 1757, p. 319). apud. GIRAUDO, Cesare. *Num só corpo: tratado mistagógico sobre a eucaristia*. ed. 2. São Paulo: Edições Loyola, 2014. pp. 312-313.

⁵³ GIRAUDO, 2012 (p. 106).

palavras da narrativa institucional e da anamnese são emolduradas pelas duas epicleses ou dupla epiclética.

Aldazábal (2012) sugere que é uma epiclese “pré consecratória” e outra “pós consecratória”, ou seja, uma epiclese “de consagração” e outra “de comunhão”⁵⁴.

Nesse sentido, Giraudo (2012) defende que há a epiclese sobre as oblatas (de consagração), a qual pede a Deus Pai que envie o Espírito Santo para que transforme o pão e o vinho no corpo e no sangue do Senhor Jesus, e a epiclese sobre os comungantes (de comunhão), que pede para quem se apresente a fazer da comunhão, a transformação num só corpo. O autor diz que “os dois pedidos não são independentes, mas constituem de fato uma única e mesma súplica”⁵⁵.

Em outras palavras, Silva (2008) afirma que:

Se a primeira epiclese pedia a verdade do Corpo eucarístico de Cristo, agora se tem em vista o que podemos considerar como a finalidade última do sacramento: a construção e a maturação do Corpo eclesial de Cristo. A finalidade última da Eucaristia é que a comunidade celebrante, participando nesse pão que se converteu no Corpo de Cristo, seja ela mesma corpo único e unido de Cristo. O Espírito transforma o pão e o vinho para, por meio deles, transformar a comunidade e amadurecê-la na união com Cristo⁵⁶.

1.1.10. As intercessões eclesiásias.

Nas Orações romanas, a segunda epiclese se prolonga ou se explicita com súplicas pela Igreja, muito embora também se estendam às vezes para pedir a salvação de todo o mundo.

Na realidade, dentro da estrutura da oração eucarística, as intercessões constituem a continuação da epiclese sobre os comungantes. Essa pedia que a assembleia reunida na Eucaristia se transformasse pela comunhão no Corpo eclesial de Cristo⁵⁷. Portanto, a Oração Eucarística, neste ponto, assume um caráter mais suplicante. Pelas intercessões, exprime-se a comunhão com toda a Igreja, tanto celeste como terrestre, contemplando-se todos os membros vivos e

⁵⁴ ALDAZÁBAL, 2012 (p. 263).

⁵⁵ GIRAUDO, 2012 (p. 106).

⁵⁶ ALDAZÁBAL, José. *A Eucaristia*. pp. 267-271. Apud. SILVA, Francisco das Chagas. *A participação da assembleia litúrgica na oração eucarística*. p. 47.

⁵⁷ GIRAUDO, Cesare. *Redescobrindo a Eucaristia*. (Tradução – Francisco Taborda). p. 46.

defuntos, chamados a participar da redenção e da salvação obtidas pelo corpo e sangue de Cristo⁵⁸.

Para nos orientar, vejamos as intercessões da II Oração Eucarística romana:

Lembra-te, Senhor, da tua Igreja difundida por toda a Terra, de modo a torná-la perfeita na caridade, juntamente com o nosso papa N. e o nosso bispo N., e com todo o clero. Lembra-te também dos nossos irmãos (N. e N.), que adormeceram na esperança da ressurreição, e de todos os Defuntos que estão na tua misericórdia, e admite-os na luz do teu rosto. De todos nós – te pedimos – tem misericórdia para que possam merecer ter parte na vida eterna com a bem-aventurada Maria, mãe de Deus e virgem, com os bem-aventurados Apóstolos e todos os Santos que desde sempre te foram agradáveis, de modo que te louvemos e glorifiquemos por teu Filho Jesus Cristo⁵⁹.

1.1.11. A doxologia final.

O termo vem do grego *doxo* = glória. Portanto, trata-se da glorificação conclusiva ao Pai, por Cristo e na unidade do Espírito⁶⁰. Também é conhecida como conclusão laudatória, que em todas as orações eucarísticas romanas diz: “Por meio dele, com ele e nele (*per ipsum, et cum ipso, et in ipso*) a ti, Deus Pai onipotente, na unidade do Espírito Santo, toda honra e glória por todos os séculos dos séculos”⁶¹.

Buyst (2008) afirma que esse momento é o do brinde; é como se todos os participantes que acompanharam atentamente o “discurso de homenagem”, de repente dissessem em coro: “Ele merece! Ele merece!”. Para a autora, é o ponto alto da liturgia eucarística, é o momento da única grande elevação do pão e do vinho. Tal elemento é como que a síntese de tudo o que foi dito até aquele momento⁶².

⁵⁸ IGMR n. 79g.

⁵⁹ Intercessões da oração eucarística II do Missal Romano.

⁶⁰ BOROBIO, 2009 (p. 260).

⁶¹ Doxologia traduzida do original do cânones romano, adotada para quase todas as novas orações eucarísticas. Apud. GIRAUDO, 2012 (p. 112).

⁶² BUYST, Ione. *A missa*. p. 126.

Borobio (2009) sugere que tal elemento é como um momento que concentra e condensa o caráter bendicional e de ação de graças de toda a oração eucarística numa conclusão de louvor⁶³.

É interessante a afirmação, pois a doxologia final parece ressaltar o caráter ascendente e descendente da bênção, também o caráter trinitário e cristológico da oração, assim como sua dimensão eclesiológica expressada no “Amém” final, sobre o qual refletiremos a seguir.

1.1.12. O “Amém” conclusivo.

Como já vimos, a oração eucarística é presidencial. Podemos encontrar fundamentos de tal afirmação no Missal Romano, onde podemos perceber que quem proclama a oração eucarística para a comunidade e em nome da comunidade é aquele que na celebração está fazendo as vezes de Cristo⁶⁴. Este que age *in persona Christi*; foi ordenado com sacramento especial que o configurou com Cristo, Cabeça e Pastor, e foi designado pelo bispo como presidente dessa celebração⁶⁵.

Sendo assim, pode-se afirmar que a oração eucarística deve ser ratificada pela assembleia. É o que acontece no *Amém* final. Ele é a expressão mais breve e condensada do assentimento de toda a assembleia ao que o presidente proclamou em seu nome.

Santo Agostinho não se cansava de repetir a seus fieis que “dizer *Amém* é como apor a assinatura num documento”, com o objetivo de convalidá-lo. Um ato notarial, por exemplo, fica sem valor enquanto não intervém a assinatura do interessado a ratificá-lo⁶⁶.

Assim, o *Amém* é o assentimento da comunidade que se apropria da oração eucarística, e que convém lembrar o testemunho de Justino, no século II: “Tendo o presidente terminado as orações e ação de graças, todo o povo presente aclama dizendo: Amém. Amém significa, em hebraico, assim seja”⁶⁷.

⁶³ BOROBIO, 2009 (p. 260).

⁶⁴ IGMR 54.

⁶⁵ ADALZÁBAL, 2012 (p. 439).

⁶⁶ GIRAUDO, 2012 (p. 112).

⁶⁷ ALDAZÁBAL, 2012. pp. 281-282.

Nesse sentido, o estudo da oração eucarística em geral e em suas partes reforçou a questão fundamental de colocar em evidência qual é a essência da verdadeira participação. Esta consiste em “uma maior consciência do mistério que é celebrado e também da sua relação com a vida cotidiana”⁶⁸.

A participação na oração eucarística vai muito além do seu entendimento só com a inteligência. A coisa mais importante é inscrever a própria vida na esteira de Jesus, que, na véspera da sua paixão, levou ao extremo o seu amor, oferecendo-nos a sua vida⁶⁹.

Enfim, podemos perceber a real necessidade de haver uma autêntica participação na oração eucarística, centro de toda a celebração, “prece de ação de graças e santificação”. Como afirma Silva (2008): “Isto só se consegue mais plenamente na medida em que toda a assembleia, unida ao presidente da Eucaristia, viva intensamente cada momento que compõe a oração eucarística”⁷⁰.

A partir deste aprofundamento da natureza da oração eucarística em geral, vamos estudar, no próximo capítulo, a segunda oração eucarística como objeto material do presente estudo.

⁶⁸ EAPSSC n. 52.

⁶⁹ SILVA, 2008 (p. 51).

⁷⁰ Ibidem, p. 52.

2. ANÁLISE HISTÓRICA E BÍBLICO-TEOLÓGICA DA SEGUNDA ORAÇÃO EUCARÍSTICA.

A partir do estudo realizado no primeiro capítulo e tendo em vista que, como afirma Silva, “a fé da Igreja é essencialmente fé eucarística e alimenta-se, de modo peculiar, à mesa da Eucaristia”⁷¹, podemos considerar que a oração eucarística é o resumo e a súmula da nossa fé.

Sendo assim, para mostrar a importância da participação de toda a assembleia litúrgica na Oração Eucarística, escolhemos aprofundar neste capítulo a segunda oração em suas fontes históricas e bíblico-teológicas, com a finalidade de ajudar todos os membros da assembleia litúrgica a penetrarem no mistério eucarístico, “fonte e ápice de toda a vida cristã”⁷².

Como adentrar no mistério eucarístico é condição para a autêntica participação na Oração Eucarística, o sentido e objetivo deste capítulo é mostrar a riqueza de uma oração litúrgica especial como suporte para todas as outras no enfoque do mistério e, assim, demonstrar que sem uma noção do mistério é praticamente impossível a autêntica participação da assembleia na proclamação de qualquer Oração Eucarística.

2.1. Desenvolvimento histórico da segunda oração eucarística e a *Traditio Apostolica* de Hipólito de Roma.

A liturgia, portanto, transforma-se no momento síntese da história da salvação, porque engloba o anúncio e o acontecimento, isto é, o Antigo Testamento e o Novo Testamento. Mas, ao mesmo tempo, é o momento último da história, que, sendo a continuação da realidade que é Cristo, cuja função é aperfeiçoar gradualmente em cada ser humano e na humanidade a imagem plena de Cristo⁷³.

Para melhor traçarmos um desenvolvimento histórico da segunda oração eucarística, Silva (2013) afirma em seu artigo que deveríamos analisar anteriormente a origem da Anáfora na tradição judaica, tradição esta que é

⁷¹ Apud. SILVA (2008), EAPSSC n. 6.

⁷² SC n. 10; 47.

⁷³ MARSILI, Salvatore. *A liturgia: momento histórico da salvação*. São Paulo: Paulus, 1986. p. 71.

considerada como “o lugar” onde deveria situar-se a pesquisa sobre a gênese da Anáfora cristã. Ainda, Jean Daniélou⁷⁴ defende o caráter judaico das orações cristãs, sendo imprescindível a pesquisa dos gêneros literários das *beraká* judaicas para entender o gênero das orações litúrgicas do cristianismo.

No entanto, este não é o foco do presente estudo. Portanto, propõe-se aqui que continuemos a pesquisa acerca da temática da relação entre a *Traditio Apostolica* de Hipólito e a Prece Eucarística II, perpassando posteriormente pela renovação litúrgica no século XX com o grande evento do Concílio Vaticano II e o advento das novas Preces Eucarísticas.

Também é importante ressaltar que não pretendemos apresentar todos os aspectos da obra de Hipólito, mas nossa análise se limitará ao texto anafórico contido na *Traditio Apostolica*.

Segundo Silva (2013) Hipólito de Roma⁷⁵ e sua obra *Traditio Apostolica*

são um grande contributo para a compreensão da liturgia nos três primeiros séculos do cristianismo, especificamente em Roma. Outro dado importante é a motivação pela qual Hipólito a escreve – o desejo de contrapor às ‘novidades’ que se introduzem na liturgia, e estas novidades não estariam na ‘tradição apostólica’, segundo Hipólito de Roma.

⁷⁴ Apud. SILVA, Vanderson de Sousa. *Teologia da Oração Eucarística II: da Anáfora de Hipólito de Roma à Oração Eucarística II*. Revista Eletrônica Espaço Teológico. Vol. 7, n. 11, 2013. Cf. DANIÉLOU, Jean. *Théologie du judéo-Christianisme*. Paris: [?]. 1958. p. 389-393.

⁷⁵ Hipólito (215-225), sacerdote de Roma, quando o papa Calixto mitigou a disciplina para os penitentes que haviam sido culpados de pecado mortal, o austero Hipólito o reprova, pois, segundo o mesmo, o papa Calixto separava-se da disciplina e da tradição da Igreja primitiva. Acusou o papa de heresia e ser discípulo de Sabélio, separando-se da Igreja com alguns companheiros. Foi eleito bispo de Roma por um círculo reduzido, contudo influente, convertendo-se no primeiro antipapa da história do cristianismo. Mesmo quando Urbano (223-230) e Ponciano (230-235), sucederam o papa Calixto, Hipólito permaneceu cismático e antipapa até que Maximino desterrou a ambos: Ponciano e Hipólito, na Sardenha onde ambos reconciliaram-se. Ponciano renunciou ao pontificado no dia 28 de setembro do ano de 235. Hipólito parece que retornou ao seio da Igreja antes ou depois de ter sido exilado de Roma. A Igreja reunida elegeu Anteros (235-236). Ponciano e Hipólito morreram pouco depois, o papa Fabiano (236-250) fez transladar os corpos de Ponciano e Hipólito a Roma, onde foram solenemente inumados, o papa ponciano na cripta papal de São Calixto e Hipólito no cemitério da via Tiburtina. Os funerais celebraram-se no mesmo dia, a saber, 13 de agosto de 236/37, dia litúrgico de sua memória no calendário Romano. A lista mais antiga de mártires, a *Depositio martyrum*, do ano 237, diz: “*Ypoliti in Tiburtina et Pontiani in Callisti*”. O papa Dâmaso decorou a tumba de Hipólito, onde afirma que este era discípulo de Novaciano, porém, morreu mártir, depois de aconselhar aos seus seguidores a reconciliarem com a Igreja. Sua obra: “escrita em grego com o título ‘Parádosis Apostolike’, representa a primeira obra litúrgica que se refere aos aspectos mais importantes da liturgia usada em Roma entre os séc. II e III. A importância da obra desse sacerdote romano, que era tão famoso pela sua ciência teológica que Orígenes partiu de Alexandria para ouvi-lo.” cf. MARSILLI, op. cit., p. 298.

A estrutura da *Traditio Apostolica* de Hipólito de Roma pode ser apresentada em três partes principais:

- a primeira contém um prólogo, cânones para a eleição e consagração de um bispo, e a oração de sua consagração, a anáfora que segue a esta cerimônia e as bênçãos do azeite, queijo e azeitonas. Seguem as normas e orações para a ordenação sacerdotal e diaconal; finalmente fala-se sobre os confessores, leitores, viúvas, virgens, subdiáconos e dos que possuem o dom da cura;
- a segunda parte contém normas para os leigos, há legislação sobre os neófitos, sobre as artes e profissões proibidas, bem como do catecumenato, dos sacramentos de iniciação cristã – batismo, confirmação e, por fim, a eucaristia.
- a terceira e última parte da *Traditio Apostolica* traz a descrição da liturgia Eucarística dominical, regula o jejum em vista do ágape, a celebração do lucernário, recomenda-se a melhor hora de rezar, a comunhão diária em casa e o cuidado no trato com a Eucaristia.

Analizando a obra de Hipólito, Silva (2013) afirma que podemos reconstruir aspectos da história da liturgia em Roma nos primeiros séculos depois de Cristo. Assim sendo, podemos destacar os seguintes pontos acerca da Eucaristia, que era celebrada em três momentos, a saber:

- após a celebração do Batismo, o nº. 21 da *Traditio*, diz: “(...) a oblação será apresentada ao bispo e ele renderá graças sobre o pão para que se transforme no Corpo de Cristo, e sobre o cálice para que se transforme no seu Sangue (...);”;
- na celebração dominical (cap. 22);
- na celebração na qual o bispo é consagrado (cap. 4)⁷⁶.

No que se refere à Prece Eucarística, dentre outras informações, Hipólito nos acrescenta acerca da Anáfora, denominada Anáfora de Hipólito, a qual é precedida da apresentação das ofertas e do ósculo da paz. Em fins do século II e

⁷⁶ “(...) o testemunho da Tradição Apostólica, atribuída a Hipólito: nesse caso, durante a celebração eucarística dominical, realiza-se a ordenação de um bispo, de presbíteros e diáconos”. AUGÉ, op. cit., p. 289. Apud. SILVA (2013).

início do século III, a Anáfora era iniciada com um diálogo estabelecido entre o bispo e a assembleia na celebração: no início (do prefácio) estabelecia-se o diálogo: *Dominus Vobiscum (...) sursum corda (...) gratias agamus Domino*⁷⁷.

A esse respeito, Silva (2013) afirma o seguinte:

O aspecto de maior relevância ao tema estudado é que Hipólito de Roma, nos deixa conhecer uma Oração Eucarística completa do século II-III. No entanto, Hipólito, deixa claro alguns pontos: primeiramente a não obrigatoriedade em seguir a fórmula de sua Anáfora, deixando margem para a liberdade na ‘criação’ da Prece Eucarística. Outro ponto, é que esta liberdade, comportava um -núcleo - da Tradição que não poderia ser esquecido, correndo o risco de não estar na ‘tradição apostólica’⁷⁸. (SIC)

Ainda acerca do tema, é importante ressaltar que nos primeiros séculos do cristianismo, parece que não existia um texto rigorosamente determinado em forma escrita⁷⁹. A oração eucarística era manifestada com liberdade, sem que com isso, não permanecesse fiel a alguns elementos tradicionais. Somente a

⁷⁷ A tradução do latim: “O Senhor esteja convosco [...] corações ao alto [...] demos graças ao Senhor”, continua sendo utilizada pelo Rito Romano. A introdução à Prece Eucarística é ainda hoje, realizada pelo mesmo diálogo que nos é relatado por Hipólito já no séc. II-III, diz a IGMR, no n. 78: “Inicia-se agora a Oração Eucarística, centro e ápice de toda a celebração, prece de ação de graças e santificação. O sacerdote convida o povo a elevar os corações ao Senhor na oração e ação de graças e o associa à prece que dirige a Deus Pai, por Cristo, no Espírito Santo, em nome de toda a comunidade”. Este diálogo tem um sentido de resposta aclamativa - “Na liturgia há várias formas de resposta: a *akklamation* (a aclamação), a qual no antigo sistema jurídico tinha um significado de grande importância. A aclamação como forma de resposta confirma a chegada da Palavra, a qual completa o processo da Revelação, ou seja, da auto-oblação de Deus no Verbo. Aqui entra o ámen, o *aleluia*, [diálogo: *Dominus vobiscum.*] *Et cum spiritu tuo*, etc [*Sursum corda*]”. RATZINGER, Joseph. *Introdução ao Espírito da Liturgia*. Lisboa: Paulinas, 2001. p. 153.

⁷⁸ SILVA, 2013. p. 45.

⁷⁹ Para melhor entendermos a história do desenvolvimento dos textos eucológicos anafóricos, podemos dividi-la em duas etapas, a saber: o primeiro período vai dos séculos I-III ao IV da improvisação eucológica, da criatividade, liberdade e da proliferação de vários ritos; o segundo, o período que compreende os séculos III-IV ao VI-VII, o da profícua produção de textos eucológicos. Sendo a *Traditio Apostolica* o primeiro documento de cunho jurídico no que tange a liturgia, Hipólito após apresentar no capítulo IV uma anáfora eucarística, no capítulo IX, assevera que “o bispo renda graças de acordo com o que dissemos acima. Mas não é absolutamente necessário que profira as mesmas palavras que referimos, como se tivesse de se esforçar por tê-las na memória, quando está realizando a ação de graças a Deus. É preferível que cada um ore de acordo com sua capacidade. Se algum consegue orar por muito tempo e de modo solene, muito bem. Se outro, quando ora, faz uma oração breve, não seja impedido, contanto que a oração seja correta e conforme a ortodoxia”. Esta frase final de Hipólito de Roma “[...] que seja correta e conforme a ortodoxia” fez com que se determinasse a fixação das fórmulas anafóricas da Eucaristia. Para uma melhor compreensão da história da fixação dos textos anafóricos conferir a obra: MARTIMORT, A. G. A *Igreja em oração*: Introdução à Liturgia. Singeverga: Desclée e cia, 1965. Apud. SILVA (2013), p. 57.

partir da metade do século IV, que se desenvolvem os formulários eucarísticos, coincidindo com o período do apogeu da Patrística, até a metade do século VI.

Já no século II, e ao longo dos séculos III e IV, o processo de estruturação da missa foi tornando-se mais claro e elaborado, e ela passou a ter a seguinte articulação: a reunião dos cristãos sob a égide de um presidente, a liturgia da Palavra, a liturgia eucarística⁸⁰.

Sobre a improvisação na recitação da anáfora na celebração da Eucaristia, Silva (2013) afirma que

no período apostólico e nos primeiros séculos da patrística era comum. Justino atesta esta prática litúrgica da espontaneidade e a não fixação de um texto eucarístico a ser recitado pelo presidente, quando diz que o bispo ‘(...) segundo suas forças faz subir a Deus suas preces e ações de graças (eucaristia)’.

Assim, percebemos claramente que, sem ser uma fórmula obrigatória nem norma para a recitação exata do texto, a Prece de Hipólito constitui uma fórmula que exprime a teologia litúrgica e a estrutura geral de uma Oração Eucarística das origens do cristianismo.

Silva (2013), em seu artigo, afirma que

Padoin corrobora a tese segundo a qual, a Igreja primitiva foi em suas diversas comunidades eclesiás, formulando modelos próprios da oração eucarística, contudo, um núcleo os era comum, como diz: [...] embora todas elas se encaixem num esquema de fundamental unidade. Esta unidade, mormente era garantida pelos modelos escriturísticos dos relatos da instituição da Eucaristia, sejam os textos sinóticos, bem como, a primeira carta aos Coríntios de Paulo. Sem, contudo, olvidarmo-nos da existência de textos anafóricos como o de Hipólito e outros, que serviam de modelo para novos textos e a improvisação, estes fatores contribuíam para esta fundamental unidade⁸¹.

⁸⁰ PADOIN, op. cit., p. 224.

⁸¹ SILVA, 2013, pp. 45-46.

2.2. A renovação litúrgica no século XX e o advento das novas Preces Eucarísticas.

Silva (2013) afirma que a renovação litúrgica no século XX foi inaugurada pela obra profética de dom Lambert Beauduin (1873-1960), a revista intitulada *Questions Liturgiques et Paroissiales*⁸², e com dom Odo Casel, na Abadia beneditina de Maria-Laach e Pius Parsch na Alemanha e na Áustria.

Tais monges liturgistas parecem ter contribuído para a compreensão da teologia litúrgica, com seus estudos patrísticos e pelo movimento de renovação bíblica.

A Encíclica de Pio XII, *Mediator Dei* (1947), também parece ter sido decisiva para o movimento de renovação litúrgica, já que estabelece alguns conceitos e reconhece a legitimidade do trabalho dos liturgistas do Movimento Litúrgico.

Nesse sentido, Pio XII introduziu reformas parciais na liturgia, principalmente no que tange à Semana Santa, João XXIII leva a renovação até o Concílio Vaticano II.

Acerca desse assunto, afirma Silva (2013):

Tendo como fundamento o anterior trabalho do Movimento Litúrgico o Concílio Ecumênico Vaticano II foi celebrado entre 1962-65, na Constituição Dogmática sobre a Liturgia – *Sacrosanctum Concilium*⁸³, apesar de não tratar diretamente do Cânon, no nº. 54, exprime a não considerar o Cânon Romano como parte fixa da missa, para a qual, se possa prever a utilização do vernáculo. A reforma da liturgia principalmente no que tange ao uso do vernáculo, conduziu e suscitou de forma explícita o problema pastoral do Cânon⁸⁴.

⁸² LEÃO, 2010, pp. 26-27.

⁸³ A Constituição *Sacrosanctum Concilium* foi aprovada na aula conciliar do dia 14 de Dezembro de 1963, sendo o primeiro documento promulgado. A maior contribuição foi situar a liturgia no contexto da Revelação, como *Historia Salutis*, “[...] obra da salvação, continuada pela Igreja, que se realiza na liturgia (SC 6). Desta forma a liturgia se apresenta como verdadeira ‘tradição’, ou seja, transmissão do mistério salvífico de Cristo através de um rito, de uma forma sempre nova e adequada à sucessão dos tempos e à diversidade de lugares”. Cf. Augé, Op. cit. p. 61. Foram cinco os critérios hermenêuticos que nortearam o esquema conciliar da Liturgia: 1. Máxima fidelidade à tradição da Igreja; 2. Limitação do texto aos princípios gerais da reforma; 3. Normas práticas e rubricas, surgidas todas dos princípios doutrinais; 4. Necessidade da formação litúrgica do clero e 5. A promoção da participação dos fiéis. Cf. FLORES, op. cit. p. 294.

⁸⁴ SILVA, 2013, p. 46.

O autor supracitado, em sua pesquisa, admite que no texto antigo e solene do Cânon Romano exista uma sólida e rica doutrina, bem como linhas de pensamento espiritual bastante fecundas no que se refere à inserção da apostolicidade e da *martyria*, mas defende que, ao citar o nome dos apóstolos e mártires no texto anafórico, parece manifestar-se de modo cada vez mais evidente que o Cânon Romano não possuía as características de linearidade e de clareza que facilitassem uma ativa e consciente participação da assembleia.

Ainda referente ao tema, defende Silva (2013):

No entanto, os anos seguintes, foram de debates vigorosos entre liturgistas, dogmáticos e pastoralistas, acerca do Cânon Romano. Alguns peritos em ciência litúrgica, contudo expressaram-se contra a opinião de não poucos em alterar o texto do Cânon Romano. Vigorou nos anos decorrentes ao Concílio uma hermenêutica da descontinuidade, assim, queriam muitos especialistas que o Cânon Romano fosse alterado, adaptado e alguns desejavam uma mudança tamanha que desfigurava o texto anafórico do Cânon⁸⁵.

Vagaggini (1968) comenta sobre o problema, isto é, a alteração do Cânon Romano, e afirma que quando essa foi publicamente proposta durante o Concílio Vaticano II, prevaleceu a opinião de quem desaconselhava o retoque, ainda que consistente, do texto do Cânon e sugeriu-se que houvesse uma abertura à possibilidade de termos novas Preces Eucarísticas, que seriam colocadas ao lado do Cânon Romano⁸⁶.

Assim, após o referido debate, apareceram contribuições por parte do Magistério da Igreja na normatização do Culto Divino e na disciplina dos Sacramentos. Dentre várias contribuições, destacamos aqui, no que se refere à Anáfora, três novos textos eucológicos-mistagógicos, que, segundo Silva (2013), entraram no uso litúrgico a partir de 1968.

Desse modo, surgem as orações eucarísticas presentes no Missal Romano até os dias atuais: o texto anafórico do Cânon Romano permanece no Missal com a nomenclatura de Oração Eucarística I; na composição da II Prece Eucarística

⁸⁵ SILVA, 2013, p. 46.

⁸⁶ VVAA. op. cit., p. 940. Grande contribuição para esta tomada de decisão por parte do Magistério deve-se a contribuição de Cipriano Vagaggini, em sua obra: *Il canone della messa*. OR: Milão, 1968. Apud. Silva, 2013, p. 46.

buscou-se inspiração na Anáfora hipolitana da *Traditio Apostolica*; já a III Oração Eucarística é de inspiração galicana e moçárabica; a IV Oração Eucarística é de inspiração siríaca e por fim, no Brasil, há a V Oração Eucarística confeccionada para o Congresso Eucarístico de Manaus com aprovação da Santa Sé Apostólica.

No entanto, parece que a decisão do Magistério em promulgar novas Preces Eucarísticas não foi especificamente para solucionar o problema pastoral do Cânon, mas, de modo particular, para explicitar a tradição antiga de vários formulários de textos anafóricos e, segundo Silva (2013), primordialmente possibilitar um mais rico comentário e articulação com o Mistério Pascal.

A IGMR descreve que a anáfora constitui-se essencialmente como uma oração de ação de graças e de santificação, na qual a assembleia em torno do altar exalta as obras de Deus, sendo que os elementos principais das novas Preces Eucarísticas são: a Ação de Graças introdutória, a aclamação do *Sanctus*, a epíclese de consagração e eclesial-congregacional, o relato da instituição, a anamneses, a afeta, as intercessões e por fim, a doxologia final⁸⁷.

Nessa moldura, a Igreja reuniu nas novas Orações Eucarísticas o que de melhor foi produzido no Oriente e no Ocidente em relação a textos anafóricos, ainda que se inspirasse nestes. Portanto, poder-se-ia afirmar com Brovelli, que “(...) como fontes das três novas preces eucarísticas, se tomam primordialmente a tradição Romana (prece II), a galicana e hispânica (prece III), a oriental (prece VI)”⁸⁸.

Brovelli afirma que as três novas Orações Eucarísticas possuem como características comuns: a estrutura mais unitária, uma linguagem clara, a dupla epíclese, a aclamação da assembleia depois da consagração, as intercessões antes da doxologia⁸⁹.

Segundo Silva (2013)⁹⁰, em novembro de 1974, a Congregação para o Culto Divino interveio e apresentou outras Preces Eucarísticas, três Anáforas que deveriam ser utilizadas para a missa com crianças e mais duas Preces com a

⁸⁷ IGMR n. 54-55.

⁸⁸ Apud. SARTORE, D; TRIACCA, A. *Dicionário de Liturgia*. Edições Paulinas: São Paulo, 1992. p. 941.

⁸⁹ Apud. Vv.Aa. *Dicionário de Liturgia*, p. 941.

⁹⁰ SILVA, 2013. p. 48.

temática da Reconciliação para serem utilizadas por ocasião do Ano Santo de 1975, bem como em outras circunstâncias.

Em suma, acerca da Anáfora de Hipólito de Roma, a qual fundamentou a segunda Oração Eucarística, foco de nossa pesquisa, após sua difusão no Alto Egito, passando para a Etiópia, consagrou-se seu uso na antiguidade. Na reforma litúrgica do Concílio Ecumênico Vaticano II, mas especificamente em 1968, ela foi adaptada e incluída como parte do Missal Romano que temos hoje, a conhecida Oração Eucarística II⁹¹.

Segundo Silva (2013), nos últimos tempos, em decorrência do movimento litúrgico e de seus frutos no Concílio Vaticano II, bem como a redescoberta de uma teologia litúrgica, surgem muitos estudos acerca da teologia das Orações Eucarísticas. Destacamos aqui a relação da Anáfora, transmitida por Hipólito e a segunda Oração Eucarística do Missal Romano.

⁹¹ PADOIN, Giacinto. *O pão que eu darei. O sacramento da Eucaristia*. São Paulo: Paulinas, 1999.

3. A NATUREZA DA PARTICIPAÇÃO LITÚRGICA DA ASSEMBLEIA NA ORAÇÃO EUCARÍSTICA.

Do estudo do primeiro e do segundo capítulos, já podemos deduzir que a participação litúrgica em geral e, portanto na Oração Eucarística, é uma ação mística de cunho profundamente interior. Seu foco não está no aspecto exterior e nem se expande numa dimensão que se possa medir pela quantidade, mas muito mais pela qualidade e intensidade.

O estudo histórico e bíblico teológico da Oração Eucarística II, a partir da Anáfora de Hipólito de Roma, ajudou-nos a perceber que ela, de fato, tem uma densidade mística que exige do fiel uma participação interior muito densa no nível do mistério celebrado.

Neste capítulo, pretendemos aprofundar a natureza da participação litúrgica nesse momento máximo de louvor que constitui o coração da Eucaristia, a fim de compreender o significado da participação na Oração Eucarística, “centro e cume de toda a celebração”.

3.1. A participação litúrgica e sua natureza.

Segundo Silva (2008), a participação do povo na liturgia é uma das conquistas da reforma litúrgica do Concílio Ecumênico Vaticano II⁹², o qual pede que “os fiéis estejam na liturgia, não como estranhos e simples expectadores, mas como membros ativos e conscientes”⁹³. É verdadeiramente notável a frequência com que é citada na *Sacrosanctum Concilium* a participação na liturgia⁹⁴. Em pelo menos vinte e cinco artigos da Constituição aparece a palavra “participar” ou “participação”.

A palavra “participação” vem do latim tardio *participatio*, *partem-capere*, (tornar parte), e é sinônimo de intervenção, adesão etc. Essa palavra é utilizada nos dias de hoje em toda a ação evangelizadora, indicando sempre uma relação comum ou uma postura de comunhão. De fato, a participação da assembleia

⁹² SILVA, 2008, p. 83.

⁹³ SC n. 48.

⁹⁴ SC nn. 11; 12; 14; 17; 19; 21; 26-27; 30; 33; 41; 48; 50; 53; 55-56; 79; 90; 106; 113-114; 121; 124.

litúrgica na Eucaristia é exatamente a plena comunhão com o mistério eucarístico, cujo “centro e ápice” é a Oração Eucarística⁹⁵.

A natureza da participação litúrgica vem a ser, então, a relação de comunhão que promove a identificação e a união⁹⁶ com o Mistério Pascal de Cristo que se atualiza⁹⁷ em cada celebração do banquete eucarístico.

Sendo assim, a participação litúrgica parece trazer consigo três aspectos inseparáveis⁹⁸:

- 1- a ação de participação, que inclui alguns atos humanos (gestos, ritos, palavras); e atitudes internas, suscetíveis de variar em intensidade ou em grau de modalidade;
- 2- o objeto da participação, que não é somente o ato ritual ou sacramental (o sinal), mas principalmente o acontecimento ou mistério que se atualiza na ação litúrgica;
- 3- e os participantes, fiéis e ministros, cada um segundo sua condição eclesial e a natureza da ação litúrgica.

À luz da *Sacrosanctum Concilium* e de outros documentos conciliares, a participação revela o caráter eclesial das ações litúrgicas como ações de todo o corpo da Igreja⁹⁹.

Nesse sentido, ainda segundo o documento conciliar sobre a Sagrada Liturgia, essa participação deve ser plena, consciente e ativa¹⁰⁰. São três palavras, portanto, a revelarem a natureza da participação litúrgica. Vejamos cada uma delas.

⁹⁵ LÓPEZ, Martín Julián. *A Liturgia da Igreja: teologia, história, espiritualidade e pastoral*. pp. 171-176.

⁹⁶ SARTORE, D; TRIACCA, A. *Participação*. In: Dicionário de Liturgia. pp. 886-904.

⁹⁷ Segundo ALDAZÁBAL, J. (2013, p. 222), em sua obra *Vocabulário básico de Liturgia*, a atualização na ciência litúrgica pode ser compreendido no mesmo sentido do memorial, ou seja, não se trata de uma mera recordação subjetiva como um aniversário, mas se trata de uma recordação eficaz, uma celebração que, de fato, atualiza o que recorda, é um “sacramento” do acontecimento passado.

⁹⁸ SARTORE, D; TRIACCA, A. *Participação*. In: Dicionário de Liturgia. pp. 886-904.

⁹⁹ SC nn. 26; 41; 42; LG nn. 10-11; 26; PO n. 5.

¹⁰⁰ SC n. 14.

3.2. Participação plena.

A participação plena é a manifestação de uma comunhão integradora entre o aspecto interior e exterior¹⁰¹. Portanto, trata-se, sobretudo, de suscitar uma comunicação com Deus, acolhendo em nós o mistério da salvação e deixando-nos penetrar pela ação do Espírito Santo, a fim de atuarmos como membros vivos da Igreja.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que tal participação não é apenas um estabelecimento de comunicação com o presidente ou uma mera resposta ao proclamador da Prece. Assim sendo, no contexto da participação litúrgica, vale a pergunta:

Como participar da oração eucarística, que é essencialmente sacrifício pascal e louvor? Talvez a pergunta devesse ser: como podem os cristãos viver, a não ser deixando-se levar pelo louvor, por serem os grandes beneficiários da obra de Jesus? Mas devem também fazer como Jesus, que, ‘tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até o fim’ (Jo 13,1); devem aprender de Eucaristia em Eucaristia a dizer com Ele: ‘Isto é o meu Corpo, que será entregue por vós’, e a se tornarem, assim ‘um sacrifício’. Dessa forma, os que participam da Eucaristia, são convidados, nada mais nada menos a comungar o próprio Cristo para louvor do Pai em unidade com o Espírito Santo¹⁰².

Os participantes da Eucaristia precisam estar bem conscientes de que o Senhor ressuscitado é o primeiro participante ativo da liturgia. Nesse sentido, faz-se cada vez mais necessária uma catequese litúrgica para uma participação mais autêntica, sobretudo na compreensão da Oração Eucarística, que é um resumo de todo o mistério da salvação.

3.3. Participação consciente.

A participação consciente exige uma educação litúrgica, um conhecimento suficiente de cada celebração específica e de sua estrutura, uma compreensão do

¹⁰¹ SC n. 19.

¹⁰² DE CLERK, Paul. A Celebração Eucarística: seu sentido e sua dinâmica. In: BROUARD, Maurice (org). *Eucharistia: Encyclopédia da Eucaristia*. p. 451.

significado dos gestos e dos símbolos, um saber impregnado do espírito da celebração¹⁰³.

Silva (2008) defende que, em termos pastorais, a participação consciente pressupõe uma catequese bíblico litúrgica adequada¹⁰⁴. É por isso que os dois capítulos anteriores apresentam um aprofundamento da teologia da Oração Eucarística em geral e da segunda Oração no seu aspecto histórico em particular. Sem isso, é praticamente impossível uma autêntica participação na sua proclamação.

É exigido da assembleia na Oração Eucarística o conhecimento de seu sentido global e de cada um dos elementos que a compõem, da sua inspiração profunda e fundamental¹⁰⁵. Faz-se necessário, portanto, introduzir os fieis à autêntica compreensão do que a Igreja realiza, quando proclama a oração eucarística na celebração da Ceia do Senhor.

A Oração Eucarística, para que seja adequadamente entendida e participada, requer uma assembleia que já tenha acolhido no seu íntimo a palavra da fé. Com efeito, o ápice desta participação é a comunhão sacramental, pela qual os fiéis alcançam, mais abundantemente, o fruto do sacrifício eucarístico¹⁰⁶.

Segundo Silva (2008), “a meta da participação litúrgica é levar os fiéis ao cerne da celebração, para que, vivendo o que celebram, possam celebrar de modo autêntico o que vivem”¹⁰⁷. Assim, muito provavelmente, a participação da assembleia litúrgica na oração eucarística pode ajudar a superar a distância entre o fiel e o mistério celebrado, entre vida e celebração. Dessa forma, a participação na celebração é a fonte primordial da espiritualidade cristã e o cume para o qual ela tende naturalmente¹⁰⁸.

3.4. Participação ativa.

A participação ativa pode ser uma consequência da participação plena e consciente. Pressupõe que o povo não deve assistir passivamente a uma

¹⁰³ SC nn. 19; 48; 50.

¹⁰⁴ SILVA, 2008. p. 86.

¹⁰⁵ BROVELLI, F. *Prece eucarística*. In: Dicionário de Liturgia. p. 945.

¹⁰⁶ LÓPEZ, Martín Julián. *A Liturgia da Igreja: teologia, história, espiritualidade e pastoral*. p. 173.

¹⁰⁷ SILVA, 2008, p. 87.

¹⁰⁸ TRIACCA, A. M. *Participação*. In: Dicionário de Liturgia. p. 893.

cerimônia religiosa protagonizada por outros, mas ele mesmo participar ativamente com suas atitudes, gestos, respostas, orações, silêncio, cantos etc.¹⁰⁹

A *Sacrosanctum Concilium* nos orienta que tudo isso requer, evidentemente, uma participação adequada de cada celebração, uma distribuição de serviços e tarefas¹¹⁰, uma consciência de pertença à comunidade.

A esse respeito, Silva (2008) afirma:

Pedagogicamente, a liturgia guia os participantes a penetrarem no mistério celebrado pelos ritos e pelas orações. Essa pedagogia, no entanto, será ineficaz se não se estiverem preparados para apreendê-la e a ela corresponder deixando-se envolver a ponto de transformar-se em protagonistas. Por conseguinte, é necessário ter a compreensão dos ritos e dos textos mediante uma formação e uma catequese litúrgica adequada¹¹¹.

Essa formação a que se refere o liturgista parece mostrar o valor da iniciação ao silêncio sagrado como elemento de escuta e interiorização, mesmo em meio a um mundo contemporâneo extremamente barulhento, conturbado e líquido.

A participação litúrgica tem como finalidade levar os fiéis, saciados com os sacramentos pascais, a harmonizarem-se, conservarem em sua vida o que receberam na fé e, renovados pela Aliança do Senhor com os seres humanos na Eucaristia, sentirem-se inflamados e arrebatados à premente caridade de Cristo¹¹². Por isso, é toda a assembleia que está implicada na ação litúrgica, de tal forma que cada um dos membros intervém de modo distinto, segundo a diversidade da ordenação ritual, do ofício e da participação atual¹¹³.

A participação da assembleia litúrgica na Oração Eucarística, conforme a ênfase desta pesquisa, é tornar-se presente na realização do mistério da salvação que se fez história e é atualizado em cada celebração eucarística, em especial na proclamação da Oração Eucarística. Porque “a celebração litúrgica é simultaneamente, presença, memória e profecia da história da salvação que tem no mistério de Cristo o seu centro e a sua síntese”¹¹⁴.

¹⁰⁹ SC nn. 28; 30.

¹¹⁰ SC n. 29.

¹¹¹ SILVA, 2008, p. 88.

¹¹² SC n. 10.

¹¹³ SC nn. 26; 28; 29.

¹¹⁴ SILVA, 2008, p. 88.

Enfim, podemos afirmar, a partir de orientações dos Bispos da América Latina, que a assembleia litúrgica é o sujeito da ação litúrgica juntamente com Cristo, o Senhor ressuscitado, o “ator” principal. É ela, que celebra com Cristo, o celebrante principal, o único Pontífice e Mediador. É toda a assembleia litúrgica, e não só os ministros ordenados, que está envolvida na ação litúrgica, como sujeito integral¹¹⁵.

3.5. A importância da digna proclamação da Oração Eucarística: a participação proclamativa do presidente.

Conforme a discussão feita até o presente momento, a Oração Eucarística é o “centro e ápice de toda a celebração. É “oração de ação de graças e de consagração”, uma oração que o sacerdote, bispo ou presbítero, tendo convidado o povo a associar-se a ele,

dirige a Deus Pai, por Cristo, no Espírito Santo, em nome de toda a comunidade. Insiste-se que o sentido desta Oração é que toda a assembleia une-se com Cristo, na proclamação das maravilhas de Deus e na oblação do sacrifício. Por isso, a oração eucarística exige que todos escutem respeitosamente e em silêncio¹¹⁶.

O presidente proclama a Oração Eucarística pela comunidade e em nome da comunidade, ele que, na assembleia litúrgica, faz às vezes de Cristo e que para isso foi designado por meio do ministério sacerdotal ordenado com um sacramento que o configura com Cristo, Cabeça e Pastor e foi designado também pela própria Igreja, como presidente da celebração. Por isso, atua *in persona Christi*¹¹⁷, desempenhando sua função unido à Igreja e “em nome de todo o povo santo”¹¹⁸, isto é, *in nomine Ecclesiae*.

A oração eucarística é proclamada por aquele que representa a Cristo e é cabeça da comunidade inteira. Aceitar esta

¹¹⁵ CARLOS, Juan Spera; RUSSO. R. *Assembléia Celebrante*: In: CELAM. Manual de Liturgia II. A celebração do mistério pascal. CELAM. pp. 112-118.

¹¹⁶ IGMR n. 78.

¹¹⁷ SILVA, 2008, p. 95.

¹¹⁸ SC n. 33b.

presidencialidade da oração eucarística é aceitar a estrutura teológica da Igreja e da própria celebração eucarística¹¹⁹.

No entanto, acerca da importância de proclamar bem a oração eucarística, podemos afirmar que a autêntica proclamação da oração eucarística ajudará todos os membros da assembleia litúrgica a penetrar com maior consciência no mistério eucarístico.

Com efeito, é toda a Igreja, unida a Cristo, que celebra, ou seja, o povo santo, o povo cristão, geração escolhida, sacerdócio real, gente santa, povo de conquista. A Eucaristia pertence a todo o corpo da Igreja, manifestando e afetando-o¹²⁰.

Contudo, certas atitudes espirituais parecem necessárias, pois acompanham a atuação do presidente na oração eucarística onde são muito relevantes¹²¹. Trata-se do que denomina Silva (2008)¹²² de “autenticidade interior e exterior do presidente da oração eucarística”, isto é, o presidente deve sentir-se servidor de Deus e do povo e, por isso, deve exercer seu ministério com dignidade e humildade, de tal forma que sugira a presença viva de Cristo atuando sacramentalmente por meio dele¹²³.

Além disso, faz-se necessário também que o presidente tenha fruição das modalidades concretas e as características peculiares da expressão verbal e gestual própria do agir ritual. A autêntica participação proclamativa requer dele a comunhão com Deus e com os irmãos. A gesticulação e o tom de voz mais autênticas vêm do coração, e o estilo mais eficaz é o que encarna uma ‘presença’ do Ressuscitado vivo entre os seus¹²⁴.

Essa é uma tarefa exigente, já que demanda, de um lado, profunda conversão evangélica e sincero espírito de fé e de serviço, e, do outro, uma familiaridade com os sinais da liturgia obtida por meio do estudo, da meditação e, sobretudo, da oração.

Todos esses gestos simbólicos e espirituais realizados com singeleza e elegância expressam a atitude espiritual e interior do coração de quem preside e

¹¹⁹ ALDAZÁBAL, 2012. pp. 439-440.

¹²⁰ IGMR n. 91.

¹²¹ IGMR n. 93.

¹²² SILVA, 2008, p. 98.

¹²³ CHILE DE PEDRO, Aquino. *El Arte de Presidir la Celebración*. In: Phase 172. pp. 317-320. Apud. SILVA, 2008. p. 95.

¹²⁴ SILVA, 2008, p. 98.

influenciará em toda a assembleia que celebra. Eis, portanto, a verdadeira natureza da participação proclamativa na Oração Eucarística, da qual depende a participação dos fiéis que constituem a assembleia eucarística.

Enfim, diante do tema colocado em perspectiva sobre o papel e as exigências para uma presidência autêntica da Oração Eucarística, é possível afirmar que o presidente é um mistagogo (aquele que conduz ao mistério) da Oração Eucarística. Para tanto, ele mesmo necessita de uma profunda inserção no Mistério Pascal de Cristo, que conforme sua vida ao mistério celebrado, como as palavras que o bispo pronuncia na liturgia da Ordenação: “Recebe a oferenda do povo santo para apresentares a Deus. Toma consciência do que virás a fazer; imita o que virás a realizar, e conforma a tua vida com o mistério da Cruz do Senhor”¹²⁵.

¹²⁵ Pontifical Romano – Ordenação do Bispo, dos Presbíteros e Diáconos: Rito da Ordenação do Presbítero, nº. 150.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Esta pesquisa teve como propósito aprofundar a natureza e a dinâmica da Oração Eucarística e o sentido da participação da assembleia litúrgica nesse mistério mais profundo de comunhão com o mistério eucarístico, que sintetiza toda a fé da Igreja.

A II Oração Eucarística exprime de modo peculiar toda a história da salvação consumada no Mistério Pascal de Cristo, que, na verdade, se atualiza em tal prece da Igreja considerada o “cume e centro de toda a celebração”. Isso porque a II Prece Eucarística, em sua atual estrutura dinâmica, é a que, dentre as catorze existentes no Missal Romano de Paulo VI, mais se aproxima do composto pela *Traditio Apostolica* de Hipólito de Roma, datada nos primeiros séculos da era cristã.

Assim, destacamos a compreensão da Oração Eucarística como construção histórica e eclesial, sua teologia rica em fontes Escriturísticas nos Santos Padres e no Magistério Eclesial, bem como as possibilidades pastorais de perceber a Prece Eucarística como *locus* de formação da comunidade cristã, no seu desdobramento no Ano Litúrgico e no que tange ao conceito de participação na liturgia.

Santo Ireneu, no *Ad. Haer.* IV 20,7 afirma que *A glória de Deus é o Homem vivo; porém, a vida do Homem significa olhar a Deus*; nesse aforisma patrístico esconde uma realidade não vista à primeira leitura, contudo, Ireneu parece querer afirmar que a verdadeira adoração a Deus é o homem inteiro na sua maneira de viver corretamente, mas a vida deste homem só será correta e verdadeira se este olhar para Deus¹²⁶.

O culto (liturgia) serve para a transmissão desse olhar, como já afirmara Ratzinger (2001), concedendo assim uma vida que honre a Deus¹²⁷. Ora, o nosso olhar para Deus é educado pela Liturgia! Pensemos no convite do início da oração eucarística: *corações ao alto*, e a resposta da assembleia: *Nosso coração está em Deus*; poder-se-ia, talvez, alterar a frase, mas o sentido seria o mesmo dizendo: *Olhares ao alto e a resposta, Nosso olhar está em Deus*. Uma antiga

¹²⁶ Apud. SILVA, 2013, p. 48.

¹²⁷ RATZINGER, 2001, p. 75.

exclamação de oração no limiar da Eucaristia: *Conversi ad Dominum* (voltai-vos para o Senhor), pedagogicamente a exclamação convoca-nos a olharmos juntos para Aquele cuja morte contemplamos na Celebração da Eucaristia¹²⁸.

A participação litúrgica nesse momento tão significativo da Santa Missa nos faz penetrar mistagogicamente no coração do sacrifício pascal do Senhor Jesus, que se torna presente cada vez que celebramos o memorial da última ceia e do sacrifício da cruz.

Participar de modo “consciente, pleno e ativo” da oração eucarística em geral, conforme afirma a Constituição conciliar sobre a Sagrada Liturgia, e da II Oração em particular, é o sustento espiritual para toda a vida cristã. É como afirma Silva (2008): “O fruto principal da autêntica participação do presidente e de todos os membros da assembleia sacerdotal é a salvação e a redenção do Cristo, acontecendo no hoje da Igreja celebrante”¹²⁹.

A natureza da autêntica participação na Oração Eucarística consiste numa profunda experiência mística de comunhão com o Mistério Pascal de Cristo, que recapitula e concentra toda a história da salvação. “O mistério eucarístico, celebrado, acreditado e vivido” é a redenção e a santificação plena para todos os participantes do banquete pascal do Senhor.

Faz-se mister, portanto, que o presidente da oração eucarística seja cada vez mais um autêntico mistagogo da Eucaristia, capaz de conduzir toda à assembleia litúrgica para dentro do mistério do Senhor presente na mesa do banquete eucarístico.

Assim, conduzidos pela própria força do mistério celebrado e presente no rito, urge redescobrir cada vez mais na oração eucarística toda a teologia e espiritualidade que nutre e impulsiona uma vida eucarística de amor e entrega generosa pela salvação do mundo.

Enfim, é importantíssima a proclamação da Oração Eucarística feita de forma expressiva, com especial esmero e unção espiritual, não simplesmente recitadas às pressas; por meio de tal Oração, a assembleia celebrante dá graças pela ação amorosa de Deus em favor do seu povo sacerdotal.

¹²⁸ Op. cit.

¹²⁹ SILVA, 2008, p. 107.

Podemos abstrair, então, que a autenticidade da participação proclamativa é imprescindível para conduzir todos os fiéis a uma compreensão inspiradora da Sagrada Eucaristia, pela ação do Espírito Santo, que conduz toda assembleia litúrgica para uma comunhão fecunda com o Mistério Pascal do Senhor.

REFERÊNCIAS.

- ALDAZÁBAL, José. *A Eucaristia*. 4 ed. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2012.
- _____. *Vocabulário básico de Liturgia*. Paulinas: São Paulo, 2013.
- A Bíblia de Jerusalém*. Nova Edição Revista. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BENTO XVI. *Sacramentum Caritatis* Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a Eucaristia, Fonte e Álice da Vida e Missão da Igreja. São Paulo: Paulus, 2007.
- BOROBIO, Dionisio. *Celebrar para viver: Liturgia e sacramentos da Igreja*. Trad. Francisco Gomes Figueiredo de Moraes. São Paulo: Loyola, 2009.
- BUYST, Ione. *A Missa: memória de Jesus no coração da vida*. ed.2. São Paulo: Paulinas, 2008.
- _____. Eis o Mistério da Fé. A eucaristia como Sacramento Pascal. In. CNBB. *A Eucaristia na vida da Igreja*. Estudos nº 89. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2005, p. 25-41.
- BROVELLI, F. Prece Eucarística. In: SARTORE, Domenico e TRIACCA, Achile M. (Org.). *Dicionário de Liturgia*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- CARLOS, Juan Spera e RUSSO, Roberto. Assembleia Celebrante. In: CELAM. *Manual de Liturgia II. A celebração do mistério pascal: Fundamentos teológicos e elementos constitutivos*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 112-140.
- CATECISMO da Igreja Católica. Edição Típica Vaticana. São Paulo: Loyola, 1999.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia. In. VIER, Frederico (org.). *Compêndio do Concílio Ecumônico Vaticano II. Constituições, Decretos e Declarações*. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 260-306.
- _____. Constituição *Lumen Gentium* sobre a Igreja. In. VIER, Frederico (org.). *Compêndio do Concílio Ecumônico Vaticano II. Constituições, Decretos e Declarações*. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- DE CLERK, Paul. A *Celebração Eucarística*: seu sentido e sua dinâmica. In: BROUARD, Maurício (Org.). *Eucharistia*. Enciclopédia da Eucaristia. São Paulo: Paulus, 2006, p. 433 a 454.
- GIRAUDO, Cesare. *Admiração eucarística: para uma mistagogia da missa à luz da encíclica Ecclesia de Eucharistia*. ed. 2. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. *Redescobrindo a Eucaristia*. 6 ed. Trad. Francisco Taborda. São Paulo: Loyola, 2014 a.

_____. *Num só corpo: tratado mistagógico sobre a eucaristia*. ed. 2. Trad. Francisco Taborda. São Paulo: Edições Loyola, 2014 b.

INSTRUÇÃO GERAL SOBRE O MISSAL ROMANO: As *Introduções Gerais dos Livros Litúrgicos*. Comentários de J. Aldazábal. 5ª ed. São Paulo: Paulinas, 2015.

JUNGMANN, Josef Andreas. *Missarum Sollemnia: origens, liturgia, história e teologia da missa romana*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2009.

LEÃO, Fábio de Souza. *A formação litúrgica no Brasil a partir da Sacrosanctum Concilium*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP – Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, 2010 (Dissertação de Mestrado em Teologia). Disponível em http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/34/TDE-2010-07-26T10:40:57Z-9613/Publico/Fabio%20de%20Souza%20Leao.pdf. Acesso em: 22 maio 2015, às 8:43.

LOPEZ, Martín Julián. *A Liturgia da Igreja*. Teologia, História, Espiritualidade e Pastoral. São Paulo: Paulinas, 2006.

MARTIMORT, A. G. *A Igreja em oração: Introdução à Liturgia*. Singeverga: Desclée e cia, 1965.

MARSILI, Salvatore. *A liturgia: momento histórico da salvação*. São Paulo: Paulus, 1986.

PADOIN, Giacinto. *O pão que eu darei*. O sacramento da Eucaristia. São Paulo: Paulinas, 1999.

PONTIFICAL ROMANO. *Ordenação do Bispo, dos Presbíteros e Diáconos: Rito da Ordenação do Presbítero*, nº. 150.

RATZINGER, Joseph. *Introdução ao espírito da Liturgia*. Lisboa: Paulinas, 2001.

SAGRADA CONGREGAÇÃO DOS RITOS. Instrução *Eucharisticum Mysterium* sobre o culto do Mistério Eucarístico. 1ª ed. São Paulo: Paulinas, 1967.

SARTORE, D; TRIACCA, A. *Dicionário de Liturgia*. Edições Paulinas: São Paulo, 1992.

SILVA, Francisco das Chagas. *A participação da assembleia litúrgica na oração eucarística: um estudo a partir da oração IV*. São Paulo: Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, 2008 (Dissertação de Mestrado em Teologia). Disponível em: http://www.teologia-assuncao.br/cursos/2psgr_teologia/stricto_sensu/teses/Teses_alunos2008/Francisco%20das%20Chagas%20Silva.pdf. Acesso em: 20 maio 2015, às 6:55.

SILVA, Vanderson de Sousa. *Teologia da Oração Eucarística II: da Anáfora de Hipólito de Roma à Oração Eucarística II*. Revista Eletrônica Espaço Teológico. Vol. 7, n. 11, 2013. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo/article/view/15688/11755>. Acesso em: 25 maio 2015, às 19:32.

TABORDA, Francisco. *O memorial da Páscoa do Senhor: ensaios litúrgico-teológicos sobre a eucaristia*. São Paulo: Loyola, 2009.

TRADIÇÃO APOSTÓLICA DE HIPÓLITO DE ROMA: liturgia e catequese em Roma no século III. Trad. Maria da Glória Novak. Petrópolis: Vozes, 2004.